

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

LAUDO TÉCNICO 09/2015

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES:

Em atendimento à solicitação da Dr^a. Mirella Giovanetti Vieira, Promotora de Justiça da Comarca de Esmeraldas, este setor técnico procedeu à análise da destruição do Cruzeiro da Capela de São Geraldo, localizada na comunidade de Vargem Bento da Costa.

2. **LOCALIZAÇÃO:** Capela de São Geraldo, Praça João Ribeiro Resende, s/n, povoado de Vargem Bento da Costa, município de Esmeraldas – MG.

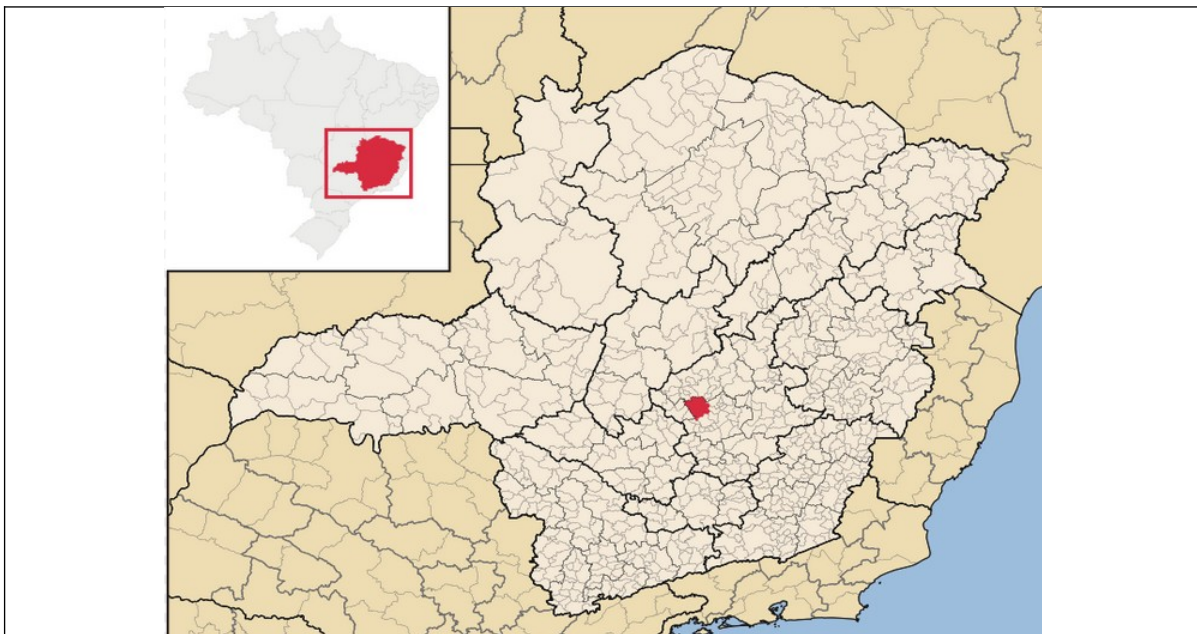


Figura 1 – No mapa verifica-se a localização de Esmeraldas no mapa de Minas Gerais.

Fonte:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Esmeraldas#mediaviewer/File:MinasGerais_Municip_Esmeraldas.svg
acesso em 10 de fevereiro de 2015

3. METODOLOGIA:

Para elaboração deste Laudo utilizou-se os seguintes procedimentos técnicos: inspeção *in loco* da igreja, onde o cruzeiro se encontrava instalado, no dia 06 de fevereiro de 2015, angariação de documentos na diligência de vistoria, e consulta ao Procedimento de Apoio a Atividade Fim nº MPMG – 0024.15.000197-2, instaurado na Promotoria



Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais. A vistoria foi acompanhada pelas senhoras Maria Goretti Gabrich Fonseca Freire Ramos, Coordenadora Executiva do Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte, e Dr. Sirlene Gomes de Oliveira Pinto, advogada da Arquidiocese de Belo Horizonte.

4. CONTEXTUALIZAÇÃO:

Em 08 de setembro de 2014, foi entregue denúncia à Promotoria de Justiça de Esmeraldas. No conteúdo desta o denunciante informa que nasceu no povoado de Vargem da Costa onde viveu até os nove anos, tendo depois se mudado para Belo Horizonte. Disse, contudo, que após mudança não perdeu o contato com a comunidade de Vargem Bento da Costa. Informou que esta comunidade guarda “[...] fortes tradições religiosas, com extenso calendário de eventos. A religiosidade é uma das principais características da comunidade”.

No documento de denúncia deu conhecimento que no local existe uma igreja que possuía um cruzeiro centenário. Defendeu que o cruzeiro era “símbolo da comunidade”, “[...] agregado a afetividade das pessoas [...] que lá nasceram” [...], sendo “parte da comunidade”, “[...] mais do que um símbolo religioso [...] símbolo sobretudo histórico”. Informou que no início da primeira semana de setembro de 2014 havia sido derrubado, tendo argumentado que “[...] poucos foram ouvidos a respeito de tão importante decisão”.

No dia 25 de setembro de 2014, a Paróquia de Santa Quitéria publicou Nota de Esclarecimento sobre o caso.

Devido o exposto, na data de 09 de outubro de 2014 a Promotoria de Justiça de Esmeraldas, por intermédio do ofício nº 395/2014, requisitou ao prefeito do município informações acerca das providências adotadas para a regularização da situação denunciada pelo munícipe.

Na data de 20 de outubro de 2014 o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico de Esmeraldas – COMPHAE, por intermédio de seu presidente Wladimir Fernandes Maia, solicitou ao Padre Edson Marques Alcantra que fossem tomadas as providências para regularizar a situação denunciada. Foi informado que embora o Cruzeiro não seja tombado ele consta nas Fichas de Inventário dos bens Móveis e Integrados de interesse de preservação municipal. Esta ficha consta no IPAC de Esmeraldas, Volume II, Setor 2 – Seção C – Vargem Bento da Costa – Abril/2006. Afirmou-se que a documentação foi protocolada no IEPHA.

Em resposta ao ofício, enviado pela Promotoria de Justiça, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e da Juventude, por meio do Secretário – Valdomiro Araújo de Azevedo, enviou ao Procurador Municipal, o senhor Marcus Thiago Sanna Ferreira, na data de 23 de outubro de 2014, o Memorando nº 0789/2014, contendo a Nota elaborada pela Paróquia. Em 28 de outubro de 2014, o Procurador Marcus Ferreira, encaminhou o ofício 42/2014, para fins de conceder resposta à Promotoria. Foram juntados a este ofício o



Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Memorando da Secretaria de Cultura e a Nota Paroquial. Argumentou-se que não houve consulta ao Poder Público Municipal para a destruição do Cruzeiro e que o padre Edson Marques de Alcantra deveria ser notificado nos termos do documento enviado à Prefeitura pela Promotoria de Justiça.

Em leitura à Nota de Esclarecimento da Paróquia de Santa Quitéria este setor técnico tomou conhecimento dos seguintes aspectos:

- Que a comunidade da Vargem Bento da Costa pertence à paróquia de Santa Quitéria e que esta paróquia pertence à Arquidiocese de Belo Horizonte;
- Que esta paróquia está sendo administrada pelo Padre Edson Marques de Alcantra;
- Que a paróquia de Santa Quitéria em sua organização pastoral administrativa acompanha as suas comunidades através dos Conselhos pastorais que, por sua vez, é responsável pela administração da comunidade;
- Que na comunidade de Vargem Bento da Costa os coordenadores do Conselho são Elino Carlos da Silva e Silvana Conceição da Silva – escolhidos e eleitos pela comunidade;
- Que em uma de suas reuniões o Conselho chegou à conclusão que deveria ser feita uma reforma no Cruzeiro “[...] pois seus braços estavam bem danificados e pedaços já começaram a cair, correndo riscos de desabar e causar acidentes”;
- Que em razão da realização de uma obra ao lado da igreja (construção do espaço cultural) o Cruzeiro teria que mudar de local e que esta ocasião foi “aproveitada” para a sua retirada;
- Que a retirada do Cruzeiro foi acompanhada por marceneiros, que este não agüentaria reforma, e que por este motivo foi tomada a decisão de fazer um novo cruzeiro.
- Que se argumentou que não havia “[...] intenção nenhuma de destruir aquilo que é sagrado pelo povo de Deus [...]”. E desta forma tomou-se a decisão de doar as lascas do Cruzeiro para a Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário, que iria fazer delas instrumentos musicais e cajados, braços para os andores de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e uma cruz para a rainha do Congo. Que os demais pedaços seriam aproveitados para se fazer pequenas cruzes que seriam distribuídas para o povo de Vargem Bento da Costa;
- Que um novo Cruzeiro seria construído, abençoado e erguido no local.

Ainda em 28 de outubro de 2014 o Procurador Municipal encaminhou ofício para o Secretário Municipal de Educação e Cultura, solicitando realização de perícia no Cruzeiro, de forma a averiguar a viabilidade de restauração deste bem, e se fosse possível qual o valor estimado para a realização da restauração.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Em 18 de dezembro de 2014 a Promotoria de Justiça da Comarca de Esmeraldas encaminhou o ofício nº 538/2014, a esta Promotoria de Justiça, solicitando apoio para emissão de nota técnica ou parecer sobre o caso.

Na data de 26 de janeiro de 2015, esta Promotoria de Justiça enviou ofício ao Memorial da Arquidiocese solicitando informações sobre as informações concedidas pelo denunciante. Em resposta foi encaminhado o ofício nº Memorial/Inventa 002/2015, informando que a demanda havia sido repassada para a Coordenação Executiva do Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte, em nome da senhora Maria Goretti Gabrich Fonseca Freire Ramos e que os demais encaminhamentos deveriam ser dirigidos a esta coordenadora.

Em 03 de fevereiro de 2015 a coordenadora Maria Goretti entrou em contato nesta Promotoria de Justiça, tendo conversado com Neise Mendes e informado que no dia 10 de fevereiro do presente ano seria feita uma reunião entre a Procuradoria do Município e o Memorial da Arquidiocese. Sabendo da realização desta reunião este setor técnico solicitou as senhoras Maria Goretti e Dr.^a Sirlene que os encaminhamentos obtidos na referida assembléia fossem remetidos a esta Promotoria para que pudessem instruir o presente trabalho técnico. No dia 12 de fevereiro de 2015 a Mitra Arquidiocesana encaminhou a esta Promotoria documentação reunida sobre o caso. **Procedeu-se análise de todos os dados obtidos.**

5. BREVE DESCRIÇÃO HISTÓRICA DA IGREJA DE SÃO GERALDO E DO CRUZEIRO:

De acordo com levantamento histórico providenciado pelo Conselho Pastoral Comunitário¹, argumenta-se que aos dezessete dias do mês de julho de mil novecentos e quarenta e cinco (17/07/1945), foi feita doação de um terreno, pelo senhor Domingos, para a construção de uma igreja na comunidade de Vargem Bento da Costa. Consta que este terreno possuía 800 ares de terra. Apesar de figurar em documento² que este foi comprado por 320 (trezentos e vinte) cruzeiros, alguns moradores da comunidade, principalmente os mais idosos, declararam ao Conselho que este foi doado pelo senhor Domingos, conforme se argumentou.

De acordo com a história oral, em virtude de o terreno ser bem grande os responsáveis pela administração, na época, fizeram recibos de doação terras para alguns. Outros construíram no local mesmo sem receber doação. Dessa forma, se constituiu o

¹ Tomou-se conhecimento deste levantamento histórico no dia da vistoria ao distrito de Vargem Bento da Costa. Este levantamento foi encaminhado a esta Promotoria de Justiça, pela secretaria paroquial, via mensagem eletrônica, nos dias 09 e 10 de fevereiro de 2015. Procedimento de Apoio a atividade Fim - PAAF nº MPMG nº0024.15.000197-2, página 51.

² Registro documental que a comunidade possui sobre o terreno.



Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

arraial da Vargem Bento da Costa. Depreende-se do levantamento que não se tem uma data concreta de quando se deu a construção da primeira capela. Foi dito, apenas, que esta era bem pequena e modesta, de telhado de “capim”.

Uma outra versão é que, também em 1945, a “conferência”³ de São Vicente de Paula teria feito a doação de um pedaço de terra para a construção de uma igreja na comunidade, tendo em vista que a vida religiosa local era administrada por esta sociedade. A constituição do arraial da Vargem também teria se dado por intermédio de doações feitas pelos Vicentinos. Segundo depoimento de uma senhora de 80 anos (não foi citado o nome) a “conferência” teria se instalado na comunidade no ano de 1927. O pai desta senhora foi um dos membros, tendo participado da construção da igreja e da colocação do antigo cruzeiro. Esta senhora informou que, de acordo com seu pai, os Vicentinos, àquela época, se constituíam de uma presidência formada pelos seguintes membros: Joaquim Frederico, João Alves, João Ferreira, Joaquim Alípio e o senhor João Ribeiro.

Na ficha de inventário da Capela, contudo, é apresentada uma terceira versão, mais completa⁴. Foi dito que a capela se encontra no vale Ribeirão Bento da Costa, que deságua no rio Paraopeba, por isso a denominação Vargem ou várzea. Neste local existia um canavial no qual trabalhavam os escravos da fazenda Resende. Estas terras pertenciam à família Resende no final do século XIX. Neste contexto, Dona Carlota Resende que teria doado as terras a São Geraldo.

Afirma-se, na ficha de inventário, que originalmente a capela de São Geraldo era de sapê e as paredes eram de pau-a-pique. A porta principal era virada para um lugarejo chamado “ponte queimada”, lugar mais antigo que o povoado de Vargem Bento da Costa. Foi dito que a nova edificação conservou o posicionamento geográfico da capela anterior.

Em depoimento colhido para a elaboração da ficha, Dona Elma Ferreira afirmou que o terreno para a construção da capela foi doado por Dona Carlota Moreira de Resende, mas que o terreno em torno da capela foi doado por Domingos José Diniz, pai de João Assis Diniz, casado com Jacira Diniz Resende. Segundo outro relato, o de Conceição Augusto Ferreira, a capela original tinha um altar grande, talhado em madeira envernizada e que houve um tempo que a capela não possuía o nome de São Geraldo.

Dentre os relatos orais colhidos pelo Conselho existe o de um marceneiro (nome não foi citado) que afirma que em determinado tempo o Cruzeiro foi, por ele, “reformado”. Foi dito que o Cruzeiro estava com muito cupim em seu tronco - próximo ao chão. Afirmou que em conjunto com outros homens cavaram em volta do tronco e colocaram grande quantidade de carvão e areia e o tamparam novamente, fazendo em sua volta uma base de cimento para melhor proteção.

Por fim, foi dito que, em 1955, o prefeito de Esmeraldas Sadi Teixeira (sic) fez o salão de conferência e também executou a construção da igreja. Esta declaração permite

³ A palavra utilizada foi conferência, acredita-se que pode estar se referindo ao termo sociedade.

⁴ PAAF nº 0024.15.000197-2, página 80 a 81.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

inferir que após dez anos da construção da capela inicial esta passou por uma reforma de ampliação.

6. ANÁLISE TÉCNICA:

No dia 06 de fevereiro do corrente ano, este setor técnico realizou vistoria no povoado de Vargem Bento da Costa, na Igreja de São Geraldo, onde se encontrava o Cruzeiro objeto deste trabalho Técnico. Na ficha de inventário do Cruzeiro consta que possuía 7 metros de altura e 2 metros e 50 centímetros de largura.

Na diligência foi informada pela senhora Silvana Conceição da Silva, vice-coordenadora do Conselho pastoral, que mais ou menos há 30 anos o bem teria começado a se danificar rente à base (correspondendo ao ano de 1985), quando então foi feita a reforma citada no tópico destinado à descrição histórica. Mas que há 4 (quatro) anos atrás (correspondendo ao ano de 2011), o Cruzeiro, novamente, teria voltado a apresentar danos perceptíveis. De posse de um relato escrito, a coordenadora solicitou realizar a leitura deste registro dos fatos feito por ela. A coordenadora procedeu a leitura no dia da vistoria, mas, mediante solicitação feita por este setor técnico, o relato foi encaminhado a esta Promotoria de Justiça⁵.

- Relatório:

Depreende-se do relatório que antes de se proceder a retirada do Cruzeiro procurou-se consultar o marceneiro que tinha feito a reforma anterior. Este profissional teria dito que não aconselhava mexer na peça sem que fosse integralmente removida, pois seus braços estavam muito danificados e perfurados, já sendo possível enxergar por através deles. Foi dito que várias peças do martírio já haviam caído, e que a última teria sido a lança. Segundo se relatou, esta peça caiu de ponta, tendo perfurado o chão.

Em seguida, foi realizada, em março de 2014, uma reunião do Conselho para tratar de planejamento de obras da igreja. Argumentou-se que foi feito o planejamento de envernizar os bancos da igreja e a mesa do altar, da construção do salão e cobertura do lado da igreja, da reforma do cruzeiro e deslocamento para o lado da gruta de Nossa Senhora Aparecida, da construção de 2 (dois) altares, um para São Geraldo e outro para Nossa Senhora da Conceição, bem como de levantar o sino. Foi dito que nem todos os conselheiros estavam presentes, mas que os que participaram estiveram de acordo com os pontos estabelecidos.

No que diz respeito ao Cruzeiro foi dito que com a proximidade da festa da Congada surgiu uma preocupação quanto à possibilidade de acidentes envolvendo as peças

⁵ O relatório foi encaminhado em meio digital, pela secretaria paroquial, na data de 10 de fevereiro de 2015. PAAF nº MPMG nº0024.15.000197-2, páginas 52-55.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

e partes dos braços do Cruzeiro. Dessa forma, procurou-se um caminhão com muque para a retirada da peça antes da festa. Em razão de não se ter conseguido o caminhão a coordenadora Silvana foi até a Prefeitura Municipal de Esmeraldas, tendo procurado a Secretaria de Obras, para fins de solicitar a retirada da peça. A coordenadora informa que foi atendida, que foi questionada como seria o serviço e que a avaliação foi feita no mesmo dia da solicitação, tendo os funcionários da Prefeitura concluído que era “[...] possível fazer a retirada no dia seguinte [...]” e que “[...] as 7:00hs estariam no local para execução do serviço”.

Segundo consta no relatório, no dia e na hora combinados o serviço foi realizado. Foi dito que no momento da retirada estavam presentes no local dois integrantes do conselho Silvana (vice-coordenadora) e Mariana (secretária). Os funcionários da Prefeitura levaram um cabo de aço e uma motosserra para realizar o serviço. Afirmou-se que foi pedido para tirarem a peça com cuidado, pois a intenção era reforma-lo. No entanto, depois de retirado os dois braços se quebraram, tendo o Cruzeiro lascado “quase ao meio, começando pela ponta”.

Em virtude de no interior do tronco existir pedaços de ferro, esta peça não pode ser colocada dentro da igreja, pois também poderia causar acidentes. Em razão do interesse de reformar o Cruzeiro, foi solicitado ao operador da máquina colocar o tronco debaixo do barranco do campo, “[...] onde era difícil acesso das pessoas [...]” e seria mais fácil colocar no caminhão para quando fosse levado pra restauração”. Foi dito ainda que “[...] os restantes das lascas juntamos e colocamos dentro das propriedades da igreja, entre a igreja e a casa paroquial, porque assim que foi retirado foi pedido por alguns moradores para servir de lenha”.

Foi dito que após o ocorrido o presidente do Congado pediu a doação da madeira para fazer peças e instrumentos para a guarda. A este respeito o Conselho considerou que o Cruzeiro “[...] seria bem reaproveitado sendo doado a sua guarda e a doação foi feita com o consentimento dos membros do conselho [...]”. Segundo extrai-se do relatório as lascas foram levadas no mesmo dia, não havendo tempo hábil para se contatar todos os conselheiros, sendo autorizada pelo coordenador, vice - secretaria e tesoureira. A peça maior, de acordo com o relato, ficou na beira do campo e depois foi transferida para o interior da igreja até que se resolvesse o que fazer.

Posteriormente, em reunião, foi decidido fazer pequenas cruzes e doar para a comunidade. Afirmou-se que foram retirados da peça os pedaços que estava com brocas de cupim. A parte do tronco que não apresentava danos foi partido em dois pedaços para serem construídos dois altares um para Nossa Senhora da Conceição e outro para São Geraldo. Estes pedaços foram levados para a casa de um marceneiro na segunda semana de dezembro de 2015. Restou combinado que os altares seriam entregues no dia 16 de janeiro de 2014, não tendo sido cumprido. Foi dito que o contato com o marceneiro se perdeu.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Após análise deste relatório, este setor técnico considera relevante destacar os seguintes aspectos apontados pela conselheira Silvana:

1. Que o Cruzeiro se encontrava em mau estado de conservação;
2. Que se procurou entrar em contato com o marceneiro que tinha feito intervenção anterior para que este avaliasse a peça e realizasse a sua restauração;
3. Que a motivação da retirada do Cruzeiro foi a preocupação com acidentes que pudessem ocorrer na festa do Congado – ocorrida primeiro fim de semana de setembro de 2014;
4. Que o Conselho procurou retirar por conta própria o Cruzeiro, mas por não ter conseguido caminhão adequado para esta ação, procurou-se ajuda na Secretaria de Obras da Prefeitura;
5. Que a Prefeitura realizou a retirada do Cruzeiro, tendo os dois braços se quebrado neste processo e a peça se lascado ao meio;
6. Que por motivos de segurança (também para não causar acidentes) a peça foi colocada em área não pertencente à igreja e o restante das lascas foi colocado em área de propriedade de igreja;
7. Que o presidente do Congado pediu a doação da madeira para fazer peças e instrumentos para a guarda e que estas lhes foram entregues no mesmo dia, sob autorização do coordenador, da vice - secretaria e da tesoureira do Conselho;
8. Que depois a peça maior, que estava depositada fora dos domínios da igreja, foi colocada nos limites da propriedade do templo;
9. Que em reunião do Conselho se decidiu fazer pequenas cruzes e doar para a comunidade;
10. Que a parte do tronco que não apresentava danos foi partida em dois pedaços para serem construídos dois altares um para Nossa Senhora da Conceição e outro para São Geraldo. Estes altares ainda não foram entregues. O contato com o marceneiro se perdeu.

Sobre o primeiro ponto, lê-se na ficha de inventário do bem, feita no ano de 2005 e revisada no ano de 2007, que o estado de conservação deste era regular, que apresentava perda de alguns atributos, que a madeira se encontrava bastante ressecada, gretada e com manchas de furos e, ainda, que a pintura se mostrava apenas em vestígios⁶. Cabe ponderar

⁶ PAAF nº MPMG 0024.15.000197-2, página 19-22.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

que do ano de 2005 até setembro de 2014 já haviam se passado quase 10 (dez) anos, podendo o estado de conservação do bem ter progredido negativamente.

Sobre ponto dois, foi apresentada documentação produzida pelo Conselho. Foi informado pelo Conselho em Nota de Esclarecimento divulgada para a comunidade⁷ que: “[...] já havíamos olhado com algumas pessoas do ramo, e todos disseram que os braços estavam muito danificados e que seria necessário desce-lo para concluir a avaliação. De fato apenas os braços partiram na retirada, o tronco se rachou com o impacto”. Ressalta-se que a nota foi divulgada depois da retirada do Cruzeiro.

No que diz respeito ao ponto três foi dito na mesma Nota mencionada anteriormente que “[...] como é do conhecimento de muitos, faz um tempo que peças do Cruzeiro vem (sic) caindo aos poucos, e por motivo de segurança é que surgiu a ideia de reforma-lo”. Também foi feita uma pesquisa junto à comunidade, na data de 17 de setembro de 2014, para saber a opinião dos moradores do distrito quanto à retirada do Cruzeiro. O item 5 do questionário se constituía da seguinte pergunta: “Em sua opinião a retirada do Cruzeiro para reforma-los foi um ato de.” As opções para marcação eram: “Indiferença com as coisas da comunidade”; “Incompetência da administração”; “Por motivo de segurança e preservação”; “Uma atitude mal pensada”; “Responsabilidade pelas coisas da igreja”. Chegou ao conhecimento desta Promotoria 9 (nove) questionários. Das pessoas que responderam apenas dois informaram que nunca participaram de uma pastoral da igreja. Três pessoas responderam que foi um ato de “Responsabilidade pelas coisas da igreja”. Sete pessoas responderam que foi “Por motivo de segurança e preservação”. Dessas, uma pessoa marcou essas duas opções em seu questionário⁸. Ressalta-se que o questionário foi feito após a retirada do Cruzeiro.

Acerca dos pontos quatro e cinco foi juntado à documentação encaminhada pela Mitra a esta Promotoria de Justiça, o ofício datado de 04 de setembro de 2014, destinado à Secretaria de obras da Prefeitura de Esmeraldas. O documento solicita “[...] um caminhão guincho para retirada do cruzeiro na capela de São Geraldo em Vargem Bento da Costa”⁹.

Sobre o ponto sete tem-se o documento datado de 9 de setembro de 2014, que registra a doação das lascas do braço do Cruzeiro à Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário¹⁰. Afirmou-se que o Conselho foi procurado pelo capitão Marcos Antônio Moreira, conhecido como Chico. O capitão da guarda pediu a doação para que fossem fabricados instrumentos para a guarda, cajados, quatro braços para dois andores: Nossa Senhora do Rosário e outro para São Bento e para Rainha faria uma cruz. O documento de doação foi assinado pela Vice coordenadora: Silvana Conceição Silva, a

⁷ PAAF nº MPMG 0024.15.000197-2, página 49.

⁸ PAAF nº MPMG 0024.15.000197-2, página 28 a 37.

⁹ PAAF nº MPMG 0024.15.000197-2, página 47.

¹⁰ PAAF nº MPMG 0024.15.000197-2, página 48.



Promotora Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

secretária Mariane Cristina Silva, a tesoureira Marlene Aparecida Souza e o capitão da guarda Marco Antônio Moreira.

No que diz respeito ao item nove foi apresentado no dia da vistoria um documento de confecção das hastes e dos braços para posterior confecção das cruzes, datado de 01 de outubro de 2014. Foram confeccionadas cinquenta e seis peças, tendo sido pago R\$ 308,00 (trezentos e oito reais). As cruzes foram montadas em um local denominado Cachoeirinha.

Quanto ao item dez, foi dito que os altares estão sendo fabricados por pessoas da comunidade. Afirmou-se que a mão de obra para a confecção foi trocada por algumas luminárias.

No dia da vistoria também foi apresentado a este setor técnico papel contendo declaração de recebimento do valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais) para a fabricação do novo Cruzeiro. A senhora Silvana afirmou que para além deste valor também foi pago R\$ 50,00 (cinquenta reais) de carreto. Foi dito no relato da coordenadora Silvana que o novo Cruzeiro foi feito à semelhança do que foi retirado. **Verificou-se *in loco* que o novo Cruzeiro já foi instalado, mas o foi em local diferente do anterior de forma que fosse possível saber onde o Cruzeiro antigo se encontrava instalado.**





Figura 2 – Fachada da Igreja e Cruzeiro.
Fonte: CPPC.



Figura 3 – Detalhe do novo Cruzeiro.
Fonte: CPPC.





Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

	
<p>Figura 4 – Marca de onde o antigo Cruzeiro se encontrava instalado. Fonte: CPPC</p>	<p>Figura 5 – Registro fotográfico do antigo e do atual local de instalação do Cruzeiro. Fonte: CPPC.</p>

Sobre o estado de conservação deste bem, tem-se o seguinte: a sua ficha de inventário, feita no ano de 2005 e revista no de 2007, informa que o estado de conservação do Cruzeiro era regular, que a peça apresentava perda de atributos e que “a madeira se encontra(va) bastante ressecada, gretada e com marcas de furos [...]”. Após decorrido algum tempo (entre 2011 e 2014) a coordenadora Silvana Conceição da Silva argumentou que o Cruzeiro estava em péssimo estado de conservação. No memorando nº 0899/2014, enviado pela Secretaria Municipal de Educação para o Procurador do município - Marcus Thiago Sanna Ferreira, todavia o Secretário de Educação e Cultura – Valdomiro Araújo Azevedo, argumentou que o Cruzeiro “[...] era feito de madeira de Aroeira e ao que tudo indica era viável sua manutenção, pois somente algumas peças de adorno haviam caído, mas a madeira de lei estava em perfeitas condições, facilmente comprovada através das peças construídas com seus destroços.”

Este setor técnico realizou o registro fotográfico de uma das cruzeiras feitas da madeira do Cruzeiro. O objeto fotografado pertence à coordenadora Silvana Silva, tendo esta senhora informado que escolheu a “melhor cruz” para si.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

	
<p>Figura 6 – Cruz fabricada a partir da madeira do Cruzeiro. Fonte: CPPC.</p>	<p>Figura 7 – Detalhe de dano encontrado no corpo da cruz. Fonte: CPPC.</p>
	
<p>Figura 8 - Detalhe de dano encontrado no corpo da cruz. Fonte: CPPC.</p>	<p>Figura 9 - Detalhe de dano encontrado no corpo da cruz. Fonte: CPPC.</p>

É possível notar nesta peça, descrita como a melhor, algumas rachaduras da madeira, bem como indícios de carbonização. Não é possível saber, com precisão, qual era o estado de conservação do Cruzeiro antes deste ser retirado, mas com fundamento nas informações obtidas na ficha de inventário e na análise feita de peça fabricada a partir de

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

sua madeira, é possível dizer que o Cruzeiro apresentava alguns danos estruturais: perda de suporte, sendo possível ver por através da madeira, ressecamento, gretamento, furos, manchas, rachaduras, fissuras e indício de carbonização.

Sobre os instrumentos protetivos do bem sabe-se que foi inventariado e que não possuía tombamento isolado. Entretanto, tomou-se conhecimento da existência do Decreto nº 094/2007 de 27 de abril de 2007 que “Estabelece normas de proteção do patrimônio histórico e cultural do município e dá outras providências”. No artigo 1º do Decreto é realizado o tombamento de alguns bens. No inciso XIV aparece o povoado de Vargem Bento da Costa. Do artigo 2º depreende-se o seguinte:

Art 2º - Estes bens culturais ficam sujeitos às diretrizes de proteção estabelecidas na legislação acima mencionada, não podendo ser destruídos, mutilados ou sofrer intervenções sem prévia deliberação do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico de Esmeraldas e aprovação da Secretaria Municipal de Educação, Cultural e Turismo.

Conclui-se que o bem estava protegido por inventário e que embora não tivesse tombamento individual, estava acautelado por este instrumento em virtude de sua inserção no povoado de Vargem Bento da Costa, tombado pelo Decreto nº 094/2007.

7. FUNDAMENTAÇÃO:

Inicialmente é importante contextualizar o inventário como um instrumento de Proteção. Conforme se verifica na Constituição Federal, em seu artigo nº 216, parágrafo 1º:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I** - as formas de expressão;
- II** - os modos de criar, fazer e viver;
- III** - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV** - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V** - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de **inventários**, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.



Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

A partir da Constituição Federal de 1988, o inventário, por opção do legislador, passou a ser um instrumento de acautelamento de bens culturais. O inventário é um instrumento diferente do instrumento do tombamento, **mas a demolição de bens culturais inventariados tem que ser profundamente avaliada por meio de estudos que comprovem não haver perda para o patrimônio cultural, sendo que eventuais demolições devem ser aprovadas pelos órgãos de patrimônio locais.**

O inventário feito pelos municípios tem efeito de proteção. Para tanto, o município investigou seu patrimônio para eleger os bens que seriam inventariados de acordo com os critérios pré-definidos em seu Plano de Inventário. Este foi apresentado ao IEPHA passando a ser um compromisso do município para efeito de pontuação e recebimento de repasse de recursos.

O Cruzeiro também se encontra protegido por tombamento, tendo em vista que o Decreto nº 094/2007 tomba o povoado de Vargem Bento da Costa, local no qual o Cruzeiro se encontrava edificado. Apesar do tombamento estar previsto como um instrumento de proteção na CF88, o instituto do tombamento surgiu em nosso ordenamento jurídico com o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

Sobre estas duas proteções que recaiam sobre o bem, pode-se dizer que o município não deu publicidade da proteção do bem por inventário e do seu tombamento por intermédio do Decreto 094/2007. Cabe ao município registrar, no banco de dados cadastrais da Prefeitura Municipal, todos bens culturais protegidos, inclusive os inventariados. Também é importante publicar na página eletrônica da Prefeitura Municipal a relação dos bens protegidos (tombados, inventariados e registrados, decretos e demais atos relacionados à proteção do patrimônio cultural), com a orientação de que os mesmos são objeto de especial proteção e não podem sofrer intervenções sem prévia autorização do órgão tombador. **Verificou-se que estas ações não foram realizadas pelo município, pois ao Procurar a Prefeitura para a retirada do Cruzeiro a senhora Silvana Silva não foi informada sobre as proteções que recaíam sobre o bem, tendo sido a retirada do Cruzeiro realizada pela própria Administração Municipal. A Arquidiocese de Belo Horizonte, também reivindica (Ata de Reunião, datada de 10 de fevereiro de 2015¹¹) o desconhecimento destas proteções.**

No que diz respeito ao tombamento cabe apresentar alguns esclarecimentos sobre as implicações que este ato protetivo traz para sobre o bem. Em seu livro “Lei do Tombamento Comentada”¹², do Promotor de Justiça, Marcos Paulo de Souza Miranda depreende-se importantes pontos de reflexão sobre a matéria.

Afirma que os bens tombados estão subordinados a um regime jurídico especial, que impõe **vínculos de destinação de imodificabilidade e de restrição a alienabilidade.**

¹¹ PAAF nº MPMG 0024.15.000197-2, página 69.

¹² MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Lei do Tombamento Comentada: Decreto-Lei. 25/1937 - Doutrina, Jurisprudência e Normas Complementares. Belo Horizonte: Del Rey, 2014. p. 32



Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Dessa forma, compreende-se que o tombamento configura-se como uma restrição concreta ao direito de propriedade, que impõe à coisa protegida a qualidade de bem de interesse público, sujeitando-a a um especial regime jurídico no que diz respeito **à disponibilidade, à conservação e à fruição.**

Pondera-se que antes de ser retirado o Cruzeiro encontrava-se em mau estado de conservação. Sobre este aspecto, Miranda afirma que uma vez que a conservação de bens tombados é considerada expressamente como de interesse público (art. 1º do Decreto Lei nº 25/37) admite-se, em determinadas situações, o aporte de recursos públicos para a preservação de bens de dominialidade privada. **O Poder Público, no processo de cogestão do imóvel, deve assumir essa posição extrema toda vez que, por ausência de condição por parte do proprietário, esteja o bem ameaçado e assim o interesse público de que se acha revestido**¹³.

Quanto à preservação da coisa tombada, ensina **que a comunicação ao órgão tombador sobre a necessidade de obras de conservação é obrigação de grande relevância, uma vez que pode evitar o avanço da degradação do bem e consequente encarecimento dos trabalhos de conservação preventiva e restauro.** O descumprimento, pelo proprietário do dever de comunicar ao órgão tombador a necessidade da realização de obras de conservação ou restauro implica em multa de valor equivalente ao dobro do valor necessário para reparar os danos. **A falta de comunicação, todavia, não tira a responsabilidade do órgão tombador**¹⁴.

E continua sua abordagem sobre esta questão dizendo que, **quando o proprietário da coisa tombada não dispuser de recursos financeiros para recuperar ou conservar o bem, o que deve ser objeto de comprovação, o órgão responsável pelo tombamento tem a obrigação de adotar as medidas cabíveis para a preservação**¹⁵. Poderá ser providenciada a desapropriação do bem tombado nos casos em que o montante de recursos financeiros para a recuperação do imóvel privado assim o recomendar, pois há situações que as obras de restauro superam em muito o valor econômico do bem. Também é o caso de desapropriação quando for manifesta a vontade do proprietário mutilar, destruir ou deteriorar o bem. Na ausência de obras ou do processo de desapropriação, o proprietário do bem poderá requerer ao órgão tombador o cancelamento do ato de proteção.

O Promotor esclareceu que a avaliação da necessidade de obras de manutenção ou restauração é uma obrigação permanente do órgão tombador, que tem o dever de vigilância sobre a coisa tombada, adotando, por consequência, as medidas necessárias para se evitar a degradação do bem protegido¹⁶. Prevista no parágrafo 1º do art. 216 da

¹³ *Ibidem*, p. 154.

¹⁴ *Ibidem*, p. 146.

¹⁵ *Ibidem*, p. 147.

¹⁶ *Ibidem*, p. 150.



Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

CF/88 como um dos instrumentos de defesa do patrimônio cultural, a vigilância é um das formas mais visíveis de manifestação do poder de polícia.

Ante o exposto, a obrigação de proteger e preservar deve ser compartilhada entre o proprietário do bem e o Poder Público – gestão compartilhada. **Verificou-se que isto não ocorreu. Ao contrário, o bem se deteriorou e foi destruído.**

A este respeito o DL 25/37 estabelece que:

Art. 17- As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

Sendo assim, este Setor Técnico considera que a retirada do Cruzeiro caracteriza-se como destruição de bem protegido, desobedece ao disposto no artigo 17 do DL 25/37. O dano causado ao bem pode ser caracterizado como irreversível.

Assevera-se que o município é co-responsável por esta ação ao não ter dado publicidade dos atos protetivos, por não ter contribuído com a manutenção do bem protegido, favorecendo o agravamento de seu estado de conservação e consequente arruinamento, por não ter cumprido com o dever de realizar vigilância e assim ter tomado conhecimento do estado que o Cruzeiro se encontrava, e por ter realizado a retirada do bem.

8. CONCLUSÃO:

Considerando que o cruzeiro estava em mau estado de conservação, situação conhecida pela descrição de perda de atributos, ressecamento da madeira, gretamento, marcas de furos, e pela avaliação de uma das cruzes (feita a partir da madeira do Cruzeiro), descrita como a melhor, notou-se que esta apresenta algumas rachaduras, bem como indícios de carbonização;

Considerando que o Conselho Pastoral do povoado de Vargem Bento da Costa procurou alternativas para se realizar a "reforma"/restauração do Cruzeiro;

Considerando que em março de 2014 a reforma do Cruzeiro foi abordada em reunião realizada pelo Conselho Pastoral e que os conselheiros presentes estiveram "de acordo";

Considerando que o Conselho Pastoral, representado pela sua vice-coordenadora Silvana Conceição da Silva, informou a Prefeitura Municipal de

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Esmeraldas sobre a retirada da peça, ao procurar o órgão para a realização deste trabalho na data de 04/09/2014;

Considerando que a solicitação de retirada foi aceita e realizada pela Prefeitura por meio de sua Secretaria de Obras, no dia seguinte ao pedido, portanto em 05/09/2014;

Considerando que a comunidade foi consultada, por intermédio de uma pesquisa datada de 17/09/2014, para fins de se tomar opinião sobre a retirada do Cruzeiro. Que a maioria das pessoas que responderam se dizem ativas na vida religiosa da comunidade e que consideraram a ação de retirada como "responsabilidade pelas coisas da igreja" e como uma medida de "segurança e preocupação";

Considerando que na retirada do Cruzeiro os seus braços se quebraram e a peça se lascou "quase ao meio, começando pela ponta";

Considerando que as lascas do Cruzeiro foram doadas para o presidente do Congado em 09/09/2014 para se fazer instrumentos para a guarda (cajados, braços para andores, cruz para Rainha) e que esta doação foi documentada;

Considerando que se decidiu em reunião o que se fazer com o resto da madeira, tendo se chegado ao consenso de fazer cruzeiros para doar para a comunidade, bem como altares para Nossa Senhora da Conceição e para São Geraldo;

Considerando que a madeira do Cruzeiro, portanto, foi usada como matéria prima para a confecção de outros bens convertidos para a própria comunidade;

Considerando que um novo Cruzeiro foi feito à semelhança do anterior e já foi instalado;

Considerando que o bem estava protegido por inventário e que embora não tivesse tombamento individual, estava acautelado por este instrumento em virtude de sua inserção no povoado de Vargem Bento da Costa, tombado pelo Decreto nº 094/2007;

Considerando que o município de Esmeraldas não deu publicidade da proteção do Cruzeiro por inventário e do seu tombamento em virtude do Decreto nº



Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

094/2007, sendo fato desconhecido não só da população e da Arquidiocese de Belo Horizonte, mas também das demais secretarias da Prefeitura, uma vez que a retirada do bem foi realizada pela própria Administração Municipal – Secretaria de Obras;

Considerando que a retirada do Cruzeiro caracteriza-se como destruição de bem protegido e desobedece ao disposto no artigo 17 do DL 25/37;

Considerando que o dano é irreversível;

Considerando que o município é co-responsável por não ter contribuído com a manutenção do bem protegido, favorecendo o agravamento de seu estado de conservação e consequente arruinamento, por não ter cumprido com o dever de realizar vigilância e assim ter tomado conhecimento do estado que o Cruzeiro se encontrava, e por ter realizado a retirada do bem.

Sugere-se como medidas compensatórias do dano causado:

- Criação de um memorial sobre o Cruzeiro, contendo depoimentos sobre a sua importância para a comunidade; descrição histórica e fotos do bem, informando sobre as circunstâncias da retirada da peça e quais os objetos foram feitos a partir de sua madeira. Devem ser apresentadas fotos destes objetos;
- Que os dois pedaços do Cruzeiro, separados para a confecção de dois altares - um para Nossa Senhora da Conceição e outro para São Geraldo, sejam empregados para este fim, conforme foi acordado em reunião do Conselho pastoral. Ressalta-se que estes altares ainda não foram entregues;
- Colocação de um totem, ou um assinalador similar, indicando o local onde o antigo Cruzeiro se encontrava instalado;
- Instalação de placa informativa no atual Cruzeiro, esclarecendo a data de instalação desta peça e que foi feito à semelhança do antigo;
- Apresentação de um projeto luminotécnico de forma a valorizar o atual Cruzeiro;
- Retirada de materiais de obra e entulhos que se encontram depositados na frente da igreja;
- Revitalização paisagística da área externa da capela de São Geraldo, local onde o novo Cruzeiro se encontra instalado. Ressalva-se que em virtude de o templo ser



Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

protegido pelo Decreto 094/2007, toda e qualquer obra realizada na edificação religiosa deve ser contemplada em projeto a ser apresentado ao Conselho Municipal de Cultura de Esmeraldas para a sua prévia aprovação. A execução (obra) também deve ser acompanhada pelo Conselho de Patrimônio Cultural.

Sendo o que se apresenta para o momento, a analista coloca-se ao inteiro dispor para os esclarecimentos que, porventura, se fizerem necessários.

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2015.

Paula Carolina Miranda Novais
Analista do Ministério Público - MAMP
4937
Historiadora

